

Novo acordo viabilizaria abertura

por José Casado
de São Paulo

Uma ampla renegociação da dívida externa brasileira, com maiores prazos de carência e de amortização, permitiria uma retomada do processo produtivo interno, atenuando o desemprego, e se constituiria num elemento político importante para o governo consolidar o seu projeto de abertura política. Esse é o ponto de vista do empresário Mário Garnero, presidente do grupo Brasilinvest, que considera a renegociação da dívida "fundamental para que o presi-

dente João Figueiredo conduza bem o processo de eleição de seu sucessor".

Garnero acha que a renegociação poderia ser feita com um prazo de vinte anos para amortização e com dez anos de carência, "talvez atrelando-se um percentual fixo das exportações para pagamento do principal e dos juros". E diz que a proposta de uma ampla renegociação da dívida externa brasileira "é hoje plenamente aceitável por parte dos grandes credores estrangeiros e também pelo governo dos Estados Unidos".

Conta que, durante um encontro com o secretário de Estado dos EUA, George Shultz, há três semanas, em Nova York, ouviu dele algumas considerações sobre os problemas financeiros do Brasil: "Ele acha que não há mais espaço para aperto na economia brasileira e disse-me, textualmente, que o momento não é propício a isso".

Garnero concorda com essa linha de raciocínio e argumenta: "A renegociação não é incompatível com um crescimento interno moderado e nem mesmo esse crescimento seria incompatível com o objetivo de combate à inflação. Aliás, a história econômica brasileira mostra que é nos períodos de menor inflação

que se registra um maior crescimento da economia".

Renegociada a dívida, aberto um "espaço" interno para o crescimento, atenuante ao desemprego em massa, haveria "uma ampla avenida aberta" para consolidação do projeto político do governo, entende Garnero. "É preciso pensar nesse aspecto, fundamental, caso contrário todos os governadores que hoje são da situação passarão para a oposição dentro de quatro anos. Acho que um projeto de equilíbrio econômico traria para o presidente Figueiredo a tranquilidade necessária à consolidação da abertura e à sua coordenação no processo sucessório."